

# MODERNIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS, O FUTURO DA AMAZÔNIA E OS DIREITOS HUMANOS

*Maria Angela D'Incao\**



## RESUMO

Procuramos apresentar, neste artigo, algumas notas visando compreender a questão dos direitos humanos em sociedades como a brasileira. Em **primeiro lugar**, fazemos uma breve exposição sobre o que vamos entender, sociologicamente, por modernidade na sociedade em geral. Em **segundo lugar**, apresentamos algumas notas referentes à questão do futuro da Amazônia através de fatos referentes ao funcionamento da estrutura social brasileira, no que se refere às suas relações com a modernidade e, em **terceiro lugar**, encaminhamos algumas conclusões da situação na Amazônia, com vistas à compreensão da situação dos direitos humanos em sociedades do tipo brasileiro.

---

\* Maria Angela D'Incao é doutora e socióloga, professora de Sociologia da Pós-Graduação em Sociologia da Unesp - Campus de Araraquara, pesquisadora na Amazônia pela CAPES e professora no Mestrado em Antropologia da UFFa.

### 1. A sociedade moderna: uma cultura esfacelada?

**H**oje há um conjunto respeitável de literatura filosófica, sociológica e econômica sobre as tendências estruturais do mundo atual intituladas, de um modo geral, de período moderno ou pós-moderno. Na esteira dessa visão vem a concepção da globalização como um sistema econômico atual, que complexifica a sociedade considerada mundial. Não objetivando, obviamente, dar conta dessa discussão por razões de pertinência, vamos, entretanto, assumir algumas indicações desse conjunto de pensamento, para nossa orientação neste texto. A sociedade moderna, desde há muito é pensada como disruptiva das culturas tradicionais, como causadora da homogeneização cultural e da alienação do homem. O movimento que transformou, por exemplo, cidades como Paris e outras européias, descrita por Berman (1986), é o mesmo movimento de destruição/construção incessante do capitalismo encontrado em outros tempos e áreas do globo terrestre. Trata-se do encaixe e desencaixe de sistemas sociais, para usar uma terminologia sociológica atual (Giddens, 1991).

No que diz respeito ao nosso tema, é preciso, sempre, considerar a história e a cultura, não só a economia, para compreender que a modernização, o desenvolvimento ocorrido em

países fora do eixo "civilizado" não é propriamente o desenvolvimento, mas um simulacro dele. Tudo o que poderia ser pensado como consequência positiva do desenvolvimento tecnológico aparece, nessas culturas, como farsa. Assim é quando se pensa, comparativamente, por exemplo, nas questões de saúde, da violência policial e marginal, de salários, de cidadania, do direito a instrução, do direito a moradia, do acesso a equipamentos de alta tecnologia feitos para o bem do homem, enfim, quando tomamos a qualidade de vida constatamos, sem muito esforço, a grande disparidade entre os blocos de países. Além disso, é bom referir à cultura da impunidade aos crimes de colarinho branco e policiais, sempre presente, nos países periféricos; as redes de influência dos distintos tribunais locais<sup>1</sup> que indicam o quanto o desenvolvimento social e político, para não dizer também ético, está longe de ser uma realidade. A possibilidade de usufruir dos resultados da tecnologia é cada vez menor nas sociedades periféricas ao eixo "civilizado". Esta ocorre sempre em ritmos distintos e focais ou esfacelados. Esse processo que produz **réplica defeituosa** da sociedade "civilizada" pode ser entendido como resultado de um dinamismo próprio da modernidade que deriva não só da separação do tempo<sup>2</sup> e do espaço mas também do fato de que o desenvolvimento não visa em si, como também não a tecnologia, o bem da humanidade, ainda

que tenha esse discurso, mas somente de uma pequena parcela dela. A uniformização do tempo<sup>3</sup> trouxe o esvaziamento cultural de múltiplos e distintos locais legitimando a intervenção nesses espaços considerados "vazios". Do mesmo modo ou ao mesmo tempo, a natureza da invenção tecnológica, tal como apresentada nos processos produtivos contemporâneos, tem, dentro de

sua lógica, a destruição da humanidade não só pelas razões filosóficas do conhecimento em si, conforme Martins (1994), mas por razões técnicas, onde as culturas locais não são consideradas a não ser como atraso ou, na melhor das hipóteses, como folclore, desprezível do ponto de vista do capital.

Vamos assumir que o desenvolvimento do capitalismo ocorrido nas sociedades européias e americanas teve seu momento e eficiência, não sem dor e não sem crimes, ainda que, visto de hoje, e de longe, tudo possa refletir brilho e, como tal, funciona ainda como um modelo a ser atingido.

Associa-se frequentemente modernização com felicidade, com níveis de consumo adequados à vivência humana e, sobretudo, à possibilidade de desenvolvimento sem fim. A tragédia de Fausto retrata bem essa expectativa: a crença na incessante produção industrial e sua impossibilidade de dirigir a produção a níveis compatíveis com a felicidade particular de Fausto, que dirá da humanidade de então.

A expectativa da tecnologia como o demiurgo da felicidade da humanidade, ainda que já tenha se frustrado em sua essência, apresenta, ainda, bastante fôlego no que se refere à possibilidade e alternativas de desenvolvimento social e econômico especialmente em países como o Brasil, mas não só. A crença na tecnologia é ainda bastante considerável em países do primeiro mundo. A alegada capacidade de libertação a que leva a tecnologia é, ainda hoje, referida, cultivada e assumida mesmo como um corolário científico: se é ciência, é correto, é moral. Completa essa crença na tecnologia a velha assunção de que a ciência é apolítica, na melhor das hipóteses, neutra para lembrar o velho Wright Mills.

A crítica à tecnologia tem sido recorrente desde os anos 60, mas é a partir de 80 que essa crítica retoma vigor especialmente no que se refere às tecnologias reprodutivas que incluem não só a vida humana - através da ectogênese - o que levaria a uma libertação das mulheres e de todos os seres oprimidos, por vir.

Quando se pensa na sociedade global, na modernização, não se pode deixar de considerar as sociedades onde ocorre o que se pode chamar de **o avesso da modernização**. Em



sociedades como a nossa, modernização, para a maior parte da população, é: desapropriação de espaços e de redes sociais, culturais e ambientais, sem a contrapartida da reinserção concomitante em novos espaços onde o homem pudesse ser mais feliz. O pensamento econômico que supõe momentos de desorganização social, cultural e econômica, para depois, em um outro momento, recriar, retomar parcelas e culturas despossuídas, talvez tenha também se reduzido, em grande parte, a mais uma quimera de um modelo de desenvolvimento fora de lugar e de tempo histórico, no sentido da história local, regional e cultural<sup>4</sup>.

Obviamente, não pretendemos advogar o não desenvolvimento e nem entender que o processo econômico atual, a globalização - o qual não é novo, mas começou há séculos atrás - destrói sem deixar senão dor e morte da tradição. Isto ocorre sem dúvida, mas não só. Nos espaços novos, as reorganizações se dão e eles são preenchidos por novas formas e novas lutas. Acreditamos que uma das formas de movimento de reorganização positivo mais forte sejam as lutas sociais e políticas e as organizações baseadas na luta pelos direitos humanos. Esta busca, hoje, sem estrato ou classe social definida, se constituir em um dos aspectos importantes da modernidade não só pela sua capacidade de promover a crítica do sistema social, como porque favorece, amplamente, a constituição da cidadania na sociedade como um todo.

## 2. A Amazônia e a modernidade: alguns fatos

Talvez caiba a uma socióloga que se formou dentro de um espírito radical, porque global, no período em que nas Ciências Sociais no Brasil se acreditava nas revoluções, dizer algumas palavras em favor do futuro da cidadania, sem ter a preocupação de correr o risco de ser considerada **não politicamente correta** pela filosofia do neo-liberalismo.

Tomemos o caso da Amazônia e do esforço global de preservação da maior floresta do planeta. Acho que vale a tentativa de refletir sobre alguns pontos em direção a esse esforço global que tem sido, recentemente, nas palavras de

Callado (1993), o nosso novo Deus do século XXI: a questão ambiental.

Antes de mais nada, é bom pontuar que esse esforço global não tem sido somente de palavras e de discursos em encontros como o da Eco-92, no Rio de Janeiro, e de pesquisas discutidas em simpósios, conferências, como essa, tanto aqui como lá, na Amazônia, no Brasil e também nos Estados Unidos e em outros lugares reconhecidos pela seriedade da pesquisa que fazem. Tem sido também de um esforço intelectual e

*“Há no Brasil um gosto excessivo pelo discurso nas elites dominantes e, talvez, uma congênita incapacidade política de realizar”*

econômico do G7, Banco Mundial tanto para pesquisas básicas como para reformulação de instituições de pesquisa.

Toda discussão e ações em relação ao conhecimento e preservação da floresta amazônica, em relação ao clima global e ao conhecimento tradicional, tem tido o mérito, em primeiro lugar, de criar uma atmosfera importante, dentro de uma cultura e de uma prática onde a preservação é algo distante e associado, em geral, à imobilização, à estagnação. O Brasil é, em muitos sentidos, ideológica e culturalmente associado à modernização tecnológica entendida como maquinários e produtos de tecnologia.

Em segundo lugar, essa discussão tem tido efeito inegável de pressionar o governo brasileiro para, pelo menos, ter atitudes em direção à conservação, politicamente aceitáveis, ainda que no nível dos discursos e promessas imediatas que produzem efeitos positivos nas negociações internacionais. Inserem-se, nesse caso, as pressões com re-

lação às reservas e demarcação das terras indígenas, a proteção de árvores nobres com leis de impedimento comercial internacional, o apoio ou a não presença a ONGs na localidade e também o repúdio internacional, sempre presente, nas conhecidas atrocidades brasileiras com relação a minorias/majoritárias, ou usando uma terminologia do tempo, não consumidores.

Não é incorreto afirmar que não temos, no país, um apego a conservação e nem mesmo a preservação de tradições de conhecimentos tidos como tradicionais, não modernos. Estamos voltados, ou pelo menos estivemos desde o começo, para a metrópole e capitais mundiais<sup>5</sup>. Evidentemente não estamos falando somente das classes altas que podem pagar as contas. Um dos efeitos da modernização em sociedades como a brasileira consiste em nos modernizarmos primeiro nos hábitos e, só depois, nos maquinários e, por último, nas relações sociais. (Queiroz (1976), Schwarz (1977), D’Incao (1996).) Na atual conjuntura mundial, esse aspecto certamente se aplicará, em breve, à maior parte do mundo.

A conservação no Brasil, devido a nossa história e conseqüente estrutura de terras, passa por políticas estatais, por normas gerais, por instituições criadas e inchadas de favores políticos. Como toda causa pública, ela terá sempre que ser deixada para traz e delegada ao esquecimento ou ao discurso oportunista, em geral eleitoral, uma vez que são consideradas coisas de pobre, coisas para o futuro, como foi e é o caso da educação, da saúde, da assistência social, da segurança pública, entre outros, conforme D’Incao (1992).

Há no Brasil um gosto excessivo pelo discurso nas elites dominantes e, talvez, uma congênita incapacidade política de fazer, de realizar. Há talvez aquilo que Souza (1994) chama, referindo-se ao norte do país de **leseira** (1996), isto é, uma doença que acomete a quase todos da população, uma forma cultural de enfrentar, inclusive, a voracidade das elites mas que não mata e não discrimina e com a qual se vive muitos e muitos anos porque é cultural, é nacional, e é tradicional.

Vejamos, no caso da preservação ambiental, que tem alguns pontos

a seu favor, que melhoram a suas possibilidades de sucesso comparado com as demais, uma vez que passa pelas negociações internacionais. Como se sabe, o Brasil descobriu, atônito, a importância de um Chico Mendes através da mídia internacional. Assim, também, dos yanomamis, da vergonha de seu massacre, ao assassinato do índio pataxó em Brasília.

O agravamento planetário da crise ambiental da década de 80 deu ao Brasil e países amazônicos um papel nas relações internacionais.

Para efeitos de exposição, procurarei através de alguns exemplos paradigmáticos, quase que etnográficos, pontuar o que ocorre quando as elites se envolvem ou tratam de problemas de minorias, índios, populações marginais em geral, na tentativa de entender como são as relações sociais e políticas no Brasil quando se refere a essas coisas públicas, gerais.

1- A morte dos sem terra em Eldorado Carajás, no Pará, em 1996 ou o **show espontâneo**. Os sem-terra vinham em comitiva, penosa via-sacra desde Brasília em sua busca organizada de terras. Foram esperados por um batalhão da polícia do Pará. Foram mortos (21 ou mais) especialmente certos indivíduos com liderança e com um único tiro certo, pelas costas.

O que nos ensinam esses eventos e os conseqüentes discursos e inquéritos por parte do Estado?

O discurso de repúdio do Presidente repôs a palavra **arcaico** no panorama político e econômico veiculado pela mídia que, até o momento, desde sua eleição, se relacionava a compromissos com a modernização e superação do atraso das nossas estruturas, em um esforço grandioso de refazer a imagem do país em nível internacional e mesmo nacional.

Tivemos, entretanto, naquele momento, um espetáculo espontâneo, cultural e tradicional, não ensaiado, porque habitual. Esse fato, corriqueiro no país, naquele momento, fe-

riu imediatamente nossa imagem no exterior. O show foi brutal e desnecessário<sup>6</sup>.

Desnecessário? Se de um lado a morte dos sem-terra, vista naquele momento, expunha um erro essencial do Estado: não foi levada a sério a força dos que nada possuem e que crêem na justiça social e nos ventos democratizantes do Estado que se cria possível, retardando a reforma agrária, por outro lado, vemos que a reforma agrária não se fez e não se fará nessa conjuntura porque o modo de ser e de pensar esta mental das oligarquias fundiárias nacionais não o quer. Aqueles temem reivindicações de direito, de cidadãos que almejaríamos contar com o Estado, com a lei a seu lado e não com a continuidade do "direito do patrão". Receiam perder o controle local e regional em favor de um Estado mais forte, não porque autoritário, mas, por ser justo, resguardado na Constituição. A modernização das relações sociais não se fez e não se fará nessa conjuntura de reeleição, onde o principal aliado dela é o PFL, partido político dos coronéis do Brasil.

A morte dos sem-terra é fruto da estrutura arcaica das relações sociais do país. A morte dos sem-terra no sul do Pará recolocou questões de natureza metodológica na abordagem do País: a evidência de nossa estrutura arcaica.

No entanto, o governo teve que

dar conta de fazer um movimento em direção a apurar as culpas. A Comissão de Justiça e Paz fez, de fato, um inquérito onde Governador de Estado do Pará, Almir Gabriel, médico, eleito pelo PSDB, foi chamado a Brasília e submetido a um interrogatório, do qual saiu desgastado, ainda que por um momento. A Polícia Federal tomou a si as investigações falando-se mesmo em intervenção federal no Pará. Boatos sim, boatos não, o fato é que, decorridos 3 anos, o que temos: nenhum responsável pela morte dos sem terra naquela circunstância: nem o governador de Estado, nem o Comandante, nem os comandados. A mídia, apesar do esforço da Comissão de Justiça e Paz, hoje, raramente fala no caso. Também, há tantos outros fatos para serem comentados que podemos dizer que, na verdade, esses tipos de fatos são sempre vencidos por outros fatos: massacre de crianças e violência policial filmada, etc... Nosso cotidiano no jornal é de intensa violência e igualmente intenso descaso em termos de finalização dos processos, culpabilização, etc...

2- Um outro exemplo paradigmático e que vamos chamar de **ineficiência congênita ou falta de tesão**. Não é encontrado somente em problemas de relações étnicas ou de classe social, mas é algo mais geral e poderá esclarecer, talvez, o que quero pontuar sobre as dificuldades culturais em relação à questão ambiental no Brasil: o incêndio que acometeu Roraima no início de 1998. A indecisão, ou, talvez, a falta de programas, propriamente voltados para a questão ambiental, deixou a floresta ardendo por semanas. Exército nacional, Presidente da República, pudor nacionalista, incapacidade nacional e maquinário tecnológico e Banco Mundial, tudo o mais tornou-se profundamente distante do problema, enquanto a conversação, as éticas nacionalistas e abordagens externas



procuravam caminhos politicamente corretos para apagar o incêndio.

A chuva comandada pelos pajés e crianças *Kaiapó*, foi *straightforward*, por que não dizer, até cômica, por seus efeitos tão simples e diretos. Quem, hoje, poderá dizer que o poder de fazer chover não se deveu aos pajés e a sua dança? Os cépticos, como eu mesma às vezes me torno quando penso no Brasil, falarão em coincidências. Mas, enfim, em um país de extrema credulidade, a dança dos espíritos **funcionou** e a permanecer esse tipo de tradicional falta de entusiasmo por essas questões, nos restará o apelo aos espíritos de nossos ancestrais da floresta.

Um terceiro exemplo poderá explicitar a dificuldade em ter leis compatíveis com a "modernização" e a "tradição". Vamos chamar esse exemplo de **todos são culpados a priori**. Trata-se da Lei de Transplantes que presumia que todos os que não tivessem se manifestado na carteira de identidade seriam doadores de órgãos. O decreto assinado em 04 de março pelo Presidente, em 1997 veio obrigar também os doadores a incluir sua opção no RG, modificando tanto a lei como o decreto. Isso, entretanto, levou um bom número de cidadãos em busca de novas carteiras de identidade, porque as doações nos termos do decreto não são, de fato, voluntárias, uma vez que somos constrangidos, se não quisermos ser doadores presumíveis, a decidir rapidamente. A falta de ampla discussão e de esclarecimento ao público serve para aumentar a insegurança da população, especialmente entre os que eventualmente possam vir a sofrer acidentes em geral. A solução encontrada pelo Estado para resolver problemas, no caso, a falta de órgãos foi, mais uma vez, dependente do autoritarismo: primeiro uma lei, depois um regulamento e depois, a discussão, caso venha a existir, de fato.

As questões novas que os novos tempos e tecnologias colocam para a vida humana em países onde não há o pacto social de confiabilidade nas instituições, deveriam vir acompanhadas de discussões e informações à coletividade antes do Estado agir pressionado por *lobies* interessados. As novas tecnologias, entre outras coisas, colocam no mercado uma infinidade de novos produtos, entre eles, os órgãos e as partes

do ser humano, tecidos de diferentes conformações. Junto com as novas tecnologias há sempre, nos países do primeiro mundo, uma grande discussão sobre a ética que as acompanha, veja-se o caso da possibilidade da clonagem de seres humanos. No Brasil, o espetáculo de Heliópolis e de outros hospitais não nos permite pensar que estejamos diante de uma sociedade onde a ética, a do bem da humanidade, a possibilidade do cidadão comum poder viver o pacto social com certa garantia e confiança nas instituições, seja prática entre nós de um modo geral.

***"Muitos dos argumentos a favor da Lei do Transplante foram baseados na crença de que viria acabar com o tráfico de órgãos e tecidos"***

A que viria essa lei? Viria ela resolver um problema de sobrevivência de pessoas que aguardam em hospitais um doador de algum órgão vital, sem dúvida. Muitos dos argumentos a favor da Lei do Transplante foram baseados na crença de que viria acabar com o tráfico e apropriação ilícita de órgãos e tecidos. Será mesmo que isso acontecerá?

O que afinal essa lei possibilita? Que os órgãos e tecidos de qualquer pessoa (exceto aquelas que tiverem em suas carteiras de identidade **não-doador** e que cheguem com a vítima, por exemplo, de um acidente aos postos de atendimento) sejam retirados nos hospitais ou prontos-socorros para onde essas pessoas forem encaminhadas. A lei prevê algumas circunstâncias e especialmente o capítulo das sanções é bastante explícito. Uma pergunta impõe-se: terá o Estado capacidade, vontade ou interesse de controlar essa

gigantesca tarefa de utilização de órgãos e tecidos humanos? Em um momento político e econômico, no qual o Estado está à procura de livrar-se de compromissos e incumbências onerosas, privatizando-os, podemos confiar que vai ter energia para dominar a extensão dessa problemática? Vamos ter sempre dois médicos, não pertencentes à equipe que promove a remoção e transplante de órgãos e tecidos, de acordo com o art. 3., para garantir que tudo está sendo feito de acordo com a lei? Quem vai reclamar pelos cadáveres não identificados? O SUS, sem condições para trabalho de rotina, vai ser o responsável por tarefa de tal amplitude?

Sabemos bastante sobre o Brasil para imaginar que o tráfico e comércio de órgãos e tecidos, agora legalizados, correrá solto em nome da vida e dos bons propósitos humanitários que toda a sociedade, mesmo nas sociedades sem pacto social confiável, romanticamente, em alguma instância de seu *id*, ainda têm. Sabemos também algo por notícias esparsas, sobre o tráfico e vilipendiação profissional de cadáveres. Só em 1999 a lei de doação foi anulada, ficando, entretanto, a legalização do transporte e da doação de órgãos.

Todos os que tivemos parentes ou amigos mortos em hospitais públicos recentemente nos encontramos cheios de dúvidas. De fato, a morte foi por acidente ou provocada por decisão de um inescrupuloso profissional da saúde que julgou da perspectiva de seu bolso, como é o caso do enfermeiro da UTI do Rio de Janeiro? No caso de se comparecer a um hospital depois de um acidente desacompanhado de um parente, as pessoas brancas e bem vestidas teriam tratamento diferenciado com relação a negros, quase negros e brancos pobres quanto à decisão médica, sobre o que já é considerado morte cerebral? Nesse país tão preconceituoso, essas dúvidas e outras perguntas estão em muitas casas, certamente. É preciso não ter dúvidas para que possamos enterrear nossos mortos e seguir vivendo.

Em sociedades de difícil controle de éticas profissionais e de alto índice de desinformação da população, seria mais sensato e democrático ao governo deixar aos cidadãos e a seus familiares a decisão de doar os órgãos de seus mortos. Uma propaganda

nessa direção, discussões sobre esse ato para com a vida de numerosas pessoas, poderia ajudar a melhorar a esperança de vida de quem se encontra à espera de uma doação. E, ao mesmo tempo, daria a chance de as pessoas se doarem, em vida, para o futuro do país, de seus filhos, dos outros. Seria, talvez, um dos poucos atos generosos que o cidadão comum brasileiro poderia ter, dadas as condições tão hostis de sua vida cotidiana. Isso certamente poderia contribuir para o fortalecimento da sociedade, na direção da confiabilidade e da solidariedade.

Tendo em vista o fato de que as leis precisam levar em conta a sociedade para a qual são destinadas, não se pode deixar prender a um conjunto de boas intenções que é, na verdade, o que esse conjunto de normas que compõem tanto a Lei como o decreto são. O País não resolverá o problema do comércio e nem mesmo das mortes mal explicadas, sem atestado de óbito confiável, ao contrário.

Lembrando o número de pessoas que morrem anualmente no Brasil de acidente e assassinadas, não se pode deixar de perguntar, finalmente, o que se vai fazer com tanto material humano. Vamos exportá-los? É preciso não só definir as competências e responsabilidades mas, sobretudo, saber quem está lucrando e irá continuar lucrando com os órgãos e partes humanas. Não podemos, irresponsavelmente, supor que uma lei é garantia de decência quando estamos falando do Brasil.

Os exemplos acima evocam problemas de natureza estrutural no País. Falando do futuro da cidadania, é preciso ter isso em conta em qualquer política que se deva implementar.

Não existe uma difusão nem mesmo superficial sobre a ética da conservação. Pode-se afirmar que a questão ambiental tem funcionado como, **primeiro**, moeda nas transações políticas internacionais e, **segundo**, como mote para investimento em empregos fora dos países avançados em países como o Brasil. Ao mesmo tempo em que tudo isso é profundamente bom, auspicioso e desejável, ocorre de modo lento com a insegurança comum à falta de interesse real.

### 3- Conclusões

Tendo um *background* de moder-

## *“A modernidade na Amazônia se apresenta de forma bastante particular a tudo o que se presenciou em situações de modernização mesmo nesse país”*

nização como um esforço exógeno, a Amazônia é um *locus* importante para se compreender como se dá a modernização nessas circunstâncias. Da perspectiva do capital externo, a Amazônia sempre foi um espaço vazio onde a exploração da região foi ocasional e somente, algumas vezes, intensa, como foi o ciclo agrário extrativista. Nossas elites e população têm uma mentalidade extrativista.

Como resultado dessa concepção de desenvolvimento, presenciamos um complexo movimento de populações de agricultores, ribeirinhos, caboclos (migrantes e locais) entre as cidades e a zona rural.

Poder-se-ia dizer que o Estado e o capital ao se anteporem, ao planejarem dentro do “vazio” sem considerar as condições locais, ambientais, as relações de mercado, os meios de comunicação regional, fracassaram no sentido de desenvolver, constituir uma sociedade, conforme Pinto (1994). O que temos é um simulacro de sociedade desenvolvida, onde as pessoas anseiam pela apropriação dos símbolos da modernização travestida de urbanização com seus equipamentos e o que têm é uma multiplicidade de problemas urbanos, rurais, ambientais, que se agravam, tanto mais quanto o Estado não consegue mais prover áreas sociais e gerar empregos, como foi sua prerrogativa até por volta de 1960 em todo o país.

Os grandes projetos, assim como os diferentes ciclos econômicos de natureza extrativista exportadora, criaram, em diferentes momentos e localidades, possibilidades reais de empregos. Do mesmo modo, as políticas esta-

tais em direção aos grandes empresários, ao mobilizarem recursos para redefinir o papel da Amazônia dentro da divisão internacional do trabalho, como fornecedora de matéria-prima e espaço de reprodução da força de trabalho reterendo os fluxos populacionais. Mas isso é uma pequena parte. O inchamento das cidades congrega grande parte da modernização amazônica: uma população com as dificuldades de emprego e de acesso aos equipamentos coletivos como saúde, escola e bens em geral.

Nessa última década, o que se assiste é a uma desesperada tentativa de encontrar posições, espaços e possibilidades. Este é um lado importante da condição da modernização amazônica: os espaços são ocupados por populações que foram desalojadas, removidas de outras localidades consideradas “vazias” pelos grandes empreendimentos. Assim, as lutas por espaços e por equipamentos urbanos se inserem dentro da modernização da Amazônia. Desta perspectiva, a modernização expõe o avesso, a farsa, uma vez que não ocorre, nas cidades, a absorção dessa população, como mão-de-obra qualificada ou não na economia formal, já por décadas.

A modernidade na Amazônia se apresenta, assim, de forma bastante particular a tudo o que se presenciou em situações de modernização mesmo nesse país. Essa modernização, além de ser em um espaço tradicional, ocorre também em um espaço considerado de fronteira. Talvez por isso seja a mais genuinamente dinâmica no sentido de que o conjunto de espaços a serem esvaziados é bastante considerável e se dá em um ritmo bastante acelerado, dentro de uma economia em escala mundial, na qual se passa do tribal para o universal sem nenhum estágio ou adaptação prévia em que se possa constituir a transformação das mentalidades. Vejamos alguns pontos da modernização na Amazônia de hoje.

Pinto, em seu livro *Amazônia, a fronteira do caos*, avalia os “efeitos perversos” das políticas de incentivos fiscais sobre a concentração da propriedade da terra e seus efeitos sobre a região assinalando que no caso do Pará, principal estado da região, no censo de 1980, 1/3 da população era analfabeta.

De 1 milhão de pessoas incluídas na população economicamente ativa, apenas 496 mil estavam regularmente empregados; 72 mil trabalhavam no campo sem receber qualquer remuneração. No caso de Belém, uma metrópole de 620 mil pessoas, com mais de 143 anos, 130 mil estavam no mercado formal de emprego e 385 mil encontravam-se desempregadas. Das que tinham renda, 65% ganhavam menos de um salário mínimo (Pinto, s.d, p.28-29).

Observa-se a presença indiscutível da economia informal em todas as localidades amazônicas. Para se compreender a urbanização, na Amazônia, não se podem desprezar as relações entre setores como, por exemplo, o informal de mineração e a agricultura, uma vez que em muitas regiões da Amazônia a mineração é a mais importante fonte de renda (Cleary, 1993, p.331-348). Além disso, a presença de um decréscimo das atividades de coleta e extrativismo renovável e o aumento de pessoas ligadas a atividades urbanas indicam a natureza da composição desses, relativamente, recém-habitantes urbanos na direção de se compreender que a modernização, no caso vista através do processo de urbanização, se faz com o segmento produtivo mais tradicional, o que significa, em termos econômicos e sociais, menos capacitados para o setor urbano, caso esse fosse ainda amplamente absorvente de mão-de-obra.

O movimento a favor da preservação da floresta tem sido, sem dúvida, um elemento de modernização, uma vez que tem trazido projetos de preservação do meio ambiente que alteram as condições de uso dos recursos naturais e das relações entre o homem e natureza além de, por extensão, alterarem e conscientizarem os próprios atores envolvidos nesses projetos<sup>7</sup>, levando a uma busca de novas formas de desenvolvimento para a região, viabilizando não só a sustentabilidade da floresta como, também, a realocação dos recursos humanos e culturais em seus próprios espaços. Uma modernidade, então, que se propõe respeitar o espaço e a localidade.

Uma quantidade de movimen-

tos que incluem, entre outros, os povos da floresta, os índios, as mulheres, ganham espaço e se organizam fora dos controles do clientelismo, a cisão ocorrida do movimento não significa senão novas formas de articulação política em detrimento dos mediadores tradicionais, como demonstra Almeida (1994).

A luta das mulheres por melhores condições de vida e de cidadania, em geral associada a movimentos ou associações de mães, de creches, de prostitutas, de bairro, apoiadas ou não por Ongs é, também, um forte indicador da modernidade amazônica. Sendo um segmento que passa por diferentes classes e grupos humanos, essa luta tem a grande qualidade de expor problemas e questões de natureza sis-



têmica, não somente da denúncia da opressão da mulher mas também da transformação, da modernização da localidade pelo fato de conferir uma intervenção nas relações tradicionais fortemente marcada pelo paternalismo.

Em nível nacional, na contrapartida nacional, temos muito pouco investido nesse particular, ao contrário, há nos dias de hoje um estrangulamento do setor de pesquisa nas instituições de pesquisa em geral e em particular nas instituições que melhor poderiam trabalhar a favor da questão ambiental: O MPEG, o INPA e as universidades da região amazônica.

Não fossem os incentivos de pesquisa do PPG7 estarem atuando no Brasil, poderíamos dizer que não há um

esforço nessa direção no território nacional. Não existe uma tradição de uma cultura de preservação. Callado em sua já citada crônica pontua: "Os brasileiros em geral - e mesmo alguns brasileiros especiais, que eu admiro e que costumam pensar e escrever certo - tendem a achar que a preservação dos índios e do que resta de sua cultura não passa de programa de índio". "Os homens civilizados que adoram o deus *Environment* e a biodiversidade que nos comunica a Amazônia não vão permitir que levemos até o fim a nossa esculhambada e corrupta administração dessa nova Terra Santa que é a bacia amazônica"<sup>8</sup>.

Entretanto, entre ter homens civilizados e uma política civilizada, há uma grande e quase que intransponível distância no caso do Brasil.

São esses "buracos" da modernização de sociedades de tipo arcaicas que se ajustam ao desenvolvimento daquilo que chamamos modernização tecnológica.

Há alguns anos, pensávamos que toda a violência de nosso país poderia ser explicada pela pobreza. Tratava-se de uma visão da qual fomos, quase todos, prisioneiros na década de 60. Ainda que não se possa descartar, com facilidade, a pobreza e tudo o mais associado a ela, na compreensão da violência policial e de marginais, no caso do Brasil, seria mais útil tentar compreender que temos uma conformação social peculiar. Não somos uma nação onde há um nós, mas sim, um conjunto de corporações e de grupos: há vários tribunais e/ou subtribunais: o do médico, do advogado, do PM, do Juiz, do político, do banqueiro, do colarinho branco, do chefão das drogas, do proprietário de terras. E uma só lei para nos iludir, ou melhor, para nos irritar. A rigor a lei tem algo de fachada.

Para além da indignação, tentando compreender a sucessiva violência brasileira, vemos que a estrutura social estamental, em um regime econômico escravista, desde a origem, não está, de modo algum, distante do que ocorreu em Brasília: o assassinato, por incêndio, do índio pataxó. A alegação de um dos criminosos de que pensou tratar-se de um mendigo e não de índio, em sua compreensão, poderia amenizar

o crime. Incorporando afinal o "politicamente correto", afinal, para ele, um mendigo é nada, enquanto que um líder índio, dada a crescente importância que a causa indígena tem ganhado, torna seu crime mais complicado. Trata-se da mentalidade que trata os pobres e desvalidos, os **despossuídos do sistema**, como ninguém, para lembrar uma expressão sempre presente de Florestan Fernandes. É provável que, não fosse um líder índio (o mesmo para qualquer outro segmento politicamente em ascensão, como os **sem terra**) o crime, na consciência da mídia, fosse, mesmo, menor. Os jovens foram libertados.

O leitor comum acaba por perder os resultados das ações legais porque também não ocorrem. Ele não crê em resultados exemplares.

Há um denominador comum no escândalo das Precatórias, das mortes dos bebês e da hemodiálise, de Diadema, Heliópolis, das meninas prostitutas de Itaituba, das da polícia paulista, da morte do índio Patachó em Brasília, da morte dos **sem terra**, e no descaso da questão ambiental: o corporativismo grupal e as jurisprudências especiais. A impunidade é decorrência da presença dos distintos **tribunais** que inibem a aplicação da lei comum para os crimes cometidos pelos 'socialmente importantes', dos estamentos superiores ou especiais. Os distintos tribunais alicerçam-se na mentalidade imperial e autoritária que acha viável, entre outras coisas, a abortada proposta de negociação da reforma administrativa apoiada nos tetos salariais especialíssimos para os deputados e senadores.

A ajuda externa, negociação política, a instalação de agências estrangeiras no Brasil, no caso do meio ambiente, estaria em posição de não se comprometer com essas relações oligárquicas. No entanto, o que se vê é também um amalgamento a elas. A não discussão pública da questão ambiental, a escolha de pessoas para seus cargos comprometidas com os órgãos federais, políticos, alimenta e fortalece as relações arcaicas. A quase caixa fechada que acaba sendo tudo sobre a ajuda externa, nesse setor dificulta resolver sobre um futuro bom para Amazônia.

É bem provável que a tarefa maior a se enfrentar no Brasil, hoje, não

seja, propriamente a de conter a inflação, mas a de transformar o país de corporativo e segmentado em uma sociedade minimamente coesa onde a presença de um *ethos* moral geral mais elevado poderia estar presente na ética cotidiana das diferentes populações, dos governantes e da jurisprudência e também nos organismos internacionais que investem a favor dos povos e da biodiversidade, dos menores e oprimidos. Há uma quase que ausência de discussão sobre o que fazer na Amazônia em nível nacional e nenhum órgão internacional, sediado aqui para esses fins, faz de seus objetivos uma discussão ampla. Tratar desses assuntos de modo tão especial só pode reificar o autoritarismo, obscurecer a visão e condenar a Amazônia a ignorância e aos efeitos perversos da modernização.

Isso tem um custo e talvez fosse bom começar a pensar que o custo hoje é global, e que pensar no futuro da Amazônia sem ter em conta as relações atrasadas é não poder andar um milímetro nessa luta.

## NOTAS

<sup>1</sup> No caso brasileiro, presencia-se hoje um quadro cada vez mais insustentável de funcionamento de distintos tribunais: o do político, das diferentes polícias, do magistrado, do clero, das diferentes profissões de prestígio e do homem comum, tornando difícil a aplicação da justiça.

<sup>2</sup> Giddens lembra que nas sociedades pré-capitalistas, o tempo, o cálculo dele, é particular e está sempre vinculado ao lugar, e nesse sentido é muitas vezes impreciso e variável. Em outras palavras, a hora está sempre vinculada a marcadores sócio-espaciais.

<sup>3</sup> Possível desde a invenção do relógio mecânico.

<sup>4</sup> É bom sempre lembrar que o capitalismo na Europa não desapropriou no nível que o faz em nossas sociedades. Restam espaços de culturas tradicionais e a cidadania é o ganho real com tudo que pode implicar.

<sup>5</sup> Tanto o estilo moderno perpassa os comportamentos individuais como as arquiteturas urbanas e as concepções e modos de vida de populações à margem do desenvolvimento econômico e social almejam chegar ao suposto desenvolvimento.

<sup>6</sup> Se levarmos em conta que, em termos reais, os assentamentos não oneraram pesadamente o Estado, uma vez que o INCRA detinha desde 1987, cerca de 43,4 % da terra no Pará e que os valores das terras andam em baixa, onde há terras devolutas ainda e onde a estagnação econômica regional é visível, uma vez que, a expectativa de realização do **Eldorado amazônico** está longe de se completar em duas gerações.

<sup>7</sup> Projetos que visam a preservação da floresta e o chamado desenvolvimento sustentável são importantes na direção de constituir a modernidade dos atores econômi-

cos e sociais, não só porque propõe a reorganização da tradição de costumes do manuseio dos recursos naturais, mas também por que direcionam a população para aspectos novos das relações sociais, entre os quais, a luta pela manutenção de seus espaços é de importância.

<sup>8</sup> Sua opinião é de que "... não devemos permitir, em nosso próprio interesse - nós e os demais povos amazônicos, ... - é que os índios sejam dizimados, escorraçados, mortos pois com eles morre a floresta.". "Sobre a terra farta e a crescer na plenitude risonha de sua vida, agita-se, miseravelmente, uma sociedade que está morrendo". *Jornal A Folha de São Paulo*, op.cit.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, A. W. B. de. Universalização e localismo : movimentos sociais e a crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: D'INCAO, M.A., SILVEIRA, I. M.da. (Orgs.) **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém : MPEG, 1994. (Col. Eduardo Galvão)
- BECKER, B. Estado, Nação e Região no final do século XX. In: D'INCAO, M.A., SILVEIRA, I. M.da. (Orgs.) **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém : MPEG, 1994. (Col. Eduardo Galvão)
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo : Companhia das Letras, 1986.
- CALLADO, A. Vem da Floresta o Deus do século 21. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09 out. 1993, p. 4-7.
- CLEARY, D. After the Frontier : problem with political economy in the modern Amazon. **Journal of Latin American Studies**, Cambridge, v.25, p.331-348, 1993.
- D'INCAO, M.A., SILVEIRA, I.M. (Orgs.) **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém : MPEG, 1994. (Col. Eduardo Galvão)
- \_\_\_\_\_. **A Urbanização na Amazônia**. 1992. (mimeografado)
- \_\_\_\_\_. **Sentimentos modernos**. São Paulo : Brasiliense, 1996.
- GIDDENS, A. **As Conseqüências da modernidade**. São Paulo : UNESP, 1991.
- MARTINE, G. **Ciclos e destino da migração para áreas de fronteira na era moderna : uma visão geral**. Brasília : ISPN, 1992. (Documento de Trabalho n.º 12)
- MARTINS, H. Hegel, Texas : temas de Filosofia e Sociologia. In: D'INCAO, M.A., SILVEIRA, I. M.da. (Orgs.) **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém : MPEG, 1994. (Col. Eduardo Galvão)
- PINTO, L.F. A Amazônia entre estruturas desfavoráveis. In: D'INCAO, M.A., SILVEIRA, I. M.da. (Orgs.) **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém : MPEG, 1994. (Col. Eduardo Galvão)
- \_\_\_\_\_. **Amazônia, a fronteira do caos**. Belém : Falangola, [s.d.].
- QUEIROZ, M. I. P. de. Escravos e mobilidade vertical em dois romances brasileiros do século XIX. **Cadernos CERU**, São Paulo, n. 9, p.39-58, 1976.
- SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo : Duas Cidades, 1977.
- SOUZA, Márcio. Representação regional. Cabanagem e Iseira : só é elite quem age contra os interesses da região. In: D'INCAO, M.A., SILVEIRA, I. M.da. (Orgs.) **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém : MPEG, 1994. p. 119-123. (Col. Eduardo Galvão)